



Intervenção do Ministro da Administração Interna

XXIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses

“Descentralizar Portugal – Poder Local”

Portimão, 9 de dezembro de 2017 | Portimão Arena | Parque de Feiras e
Exposições

Saúdo os quase quarenta mil portugueses e portuguesas que, pela confiança de quem está próximo, mereceram um mandato que lhes permitirá, nos próximos quatro anos, servir as suas comunidades.

Celebro esta festa da participação democrática, esta forma única, em democracia, de um nível de poder que envolve esta dimensão que, ao longo de quarenta anos, permitiu a mais de meio milhão de portugueses o exercício do poder político, por confiança daqueles que mais próximos estão.

Saúdo, igualmente, todos aqueles que foram hoje eleitos para os órgãos diretivos da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Saúdo esta renovação de uma confiança na afirmação de um percurso que vem da década de oitenta, como muito bem referiu o Senhor Presidente do



Congresso. E faço-o com a nostalgia dos anos do início deste século, em que, por vossa confiança, integrei o Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios.

A Associação Nacional de Municípios construiu, ao longo destas mais de três décadas de percurso, uma voz que hoje consolida aquilo que é o papel único do municipalismo na nossa história secular. O papel dos municípios está indissociavelmente ligado àquilo que são os melhores momentos da afirmação da democracia, da participação, de um patriotismo sentido em cada local onde é Portugal.

A aprovação, por unanimidade, da Resolução Final deste Congresso, para, com confiança, autarcas e governo trabalharmos para descentralizar Portugal, responsabiliza-nos a todos de forma reforçada. Responsabiliza certamente aqueles que assumem o compromisso que os trouxe aqui. Que os levou a aprovar este forte incentivo a uma profunda transformação na estrutura da forma de governação da Administração Pública. Mas também é, para o Governo, uma responsabilidade acrescida. Para um Governo que coloca no centro da sua agenda a Descentralização, que qualifica como a base da reforma do Estado.



Queremos um Estado mais ágil, um Estado mais simples, um Estado amigo dos cidadãos, amigo das famílias. Que incentiva o papel de dinamização da atividade económica, que cabe às empresas realizar. E que entende que a efetiva concretização dos princípios da subsidiariedade, da autonomia local e da descentralização democrática da Administração Pública devem ser materializados em todas as áreas das políticas públicas, para além do reiterado elogio àquele que é o papel histórico dos municípios, das freguesias, das mulheres e homens que exercem funções como autarcas.

É importante a memória destes quarenta anos. Mas temos hoje o mandato, tem o Governo que inscreveu este tema no centro do seu programa, têm os autarcas com a força que este congresso lhes dá, a obrigação de transformar este próximo mandato autárquico num mandato histórico de concretização deste desafio descentralizador.

É este contrato de confiança que o Senhor Presidente do Conselho Diretivo, meu caro amigo Manuel Machado, referia. Este contrato de confiança assenta na compreensão plena daquilo que cabe ao Governo e daquilo que cabe aos autarcas representar.



A afirmação da igualdade de oportunidades, da justiça social, da solidariedade, exige que a proximidade seja um elemento essencial de desenvolvimento de todas as políticas públicas. Aproximar a decisão, melhorar a qualidade dos serviços públicos, garantir a igualdade de oportunidades no acesso aos direitos sociais, afirmar a cidadania, melhorar a democracia participativa – tudo isto é fundamental quando os populismos e práticas xenófobas invadem tantos países por essa Europa fora.

Para isso, é essencial que o trabalho que vimos desenvolvendo em torno da Lei-Quadro da Descentralização - que mereceu o reconhecimento no Conselho Geral, no mandato anterior - bem como o trabalho em torno dos vinte e três diplomas setoriais e em torno da Proposta de Lei de Finanças Locais - decisiva para que esta mudança profunda se concretize – é essencial que este trabalho se continue a afirmar. Na certeza que da educação à gestão de praias ou de zonas ribeirinhas - como hoje foi afirmado já -, da ação social à promoção do investimento, da saúde à proteção civil - que tão central tragicamente se tornou na atenção de todos os portugueses, fruto dos acontecimentos dos últimos meses - o papel das



autarquias é decisivo para um melhor Estado. Para um Estado mais participado, um Estado que melhor sirva os cidadãos.

Temos de nos aproximar decisivamente daquilo que são os indicadores europeus, coincidentes aliás com os dos países mais desenvolvidos, que se caracterizam pelos elevados padrões de descentralização. Por isso, a Proposta de Lei das Finanças Locais que temos vindo a trabalhar consolida o contrato de confiança. Tudo quanto em matéria de autonomia foi consagrado nos três orçamentos que o Governo propôs é transposto agora para a Lei de Finanças Locais. Porque os municípios provaram merecer, mais uma vez, este mandato de confiança.

Os municípios pagam a vinte e nove dias, quando antes pagavam a bem mais do que isso. Os municípios reduziram a dívida em mil e cem milhões de euros, em 2016. Os municípios vão voltar este ano, em ano de eleições, a ter um significativo saldo positivo, contribuindo decisivamente para o bom desempenho das contas públicas de Portugal. Os municípios, face à maior autonomia na contratação e ao incentivo a que acessem de forma decisiva aos instrumentos financeiros de apoio ao desenvolvimento, designadamente aos fundos europeus, desmentiram aqueles que diziam



que, em ano de eleições, isso era perigoso, que em ano de eleições isso iria traduzir-se num descontrolo das contas públicas. Dez meses de execução orçamental, conhecida a despesa com pessoal, ela está controlada. Estava aliás a baixar meio por cento no final de outubro. A despesa de investimento está a crescer quarenta e oito por cento, dando um contributo decisivo para a boa utilização dos fundos europeus, para a retoma do investimento, tão decisiva para o crescimento da economia. Podemos fazê-lo hoje, com a consciência tranquila de que nos estamos a referir a municípios de todo o país, de todas as áreas políticas, e que passadas as eleições é tempo de, com a estabilidade de quem tem um mandato de quatro anos, que está a começar, construamos um novo tempo. Um tempo de uma verdadeira descentralização. E para isso é fundamental clareza e o Orçamento do Estado garante-o. Todas as dotações afetas aos vários Ministérios, em áreas a descentralizar, serão plenamente colocadas ao serviço, à disposição da gestão descentralizada das autarquias locais - concordando assim com o meu amigo Álvaro Amaro, que garante que daí resultará eficiência. Já o provaram noutras alturas, é preciso confiança para que tal volte a suceder. Mas que se encontrem, também, mecanismos que



permitam também aqui recuperar aquilo que condições complexas impediram que fosse cumprido. E estabelecer a estabilidade.

Tendo o país saído de procedimento de défice excessivos, por esforço de todos, por esforço também das autarquias, não é compreensível que a definição dos recursos para o ano seguinte fique pendente da apresentação de um Orçamento a 15 de outubro. E por isso a proposta de Lei de Finanças Locais determina que, com o Programa de Estabilidade, entre março e abril, com a participação dos autarcas, se defina qual a variação das transferências para o ano seguinte. E um compromisso rigoroso de recuperação daquilo que é o diferencial relativamente ao cumprimento da Lei de Finanças Locais, bem como novas áreas que reforçam a autonomia local em matéria de imposto sobre imóveis e com uma inovadora participação na receita do IVA gerado em cada município.

É esta confiança, este quadro acrescido de responsabilidade que hoje nos deve mobilizar. E olho com confiança para as senhoras e senhores Deputados que aqui representam todos os Grupos Parlamentares presentes na Assembleia da República. Que o exemplo que hoje aqui foi dado pelos autarcas crie as condições para esta convergência em torno do



que é decisivo. Este é o momento para construir as bases para que a descentralização dê passos seguros que, certamente, com aquilo que é a abertura ao diálogo democrático, à consideração das propostas de todas as forças políticas representadas na Assembleia da República, se encontrem rapidamente, nesta Sessão Legislativa, as condições para a aprovação deste quadro da profunda reforma do poder local democrático. É este o desafio histórico. É este o compromisso que os portugueses esperam de nós, em todas as áreas, na Reforma das Florestas, na Proteção Civil, com a responsabilidade acrescida que sabemos todos que temos. Porque os portugueses exigirão de nós, a bem da homenagem, a bem da memória dos nossos compatriotas que morreram nos trágicos incêndios de junho e de outubro, que façamos todos, Governo, Autarquias, todos, tudo o que é possível, tudo o que nos é exigido. Para que a cultura da prevenção, para que uma cultura da segurança, seja uma prioridade da nossa ação. Também aí todos temos a ganhar com a descentralização.

Saio deste Congresso ainda mais motivado para o cumprimento daquilo que é esta firme convicção do Governo. Descentralizando, transferindo competências e não meramente delegando, não meramente



REPÚBLICA
PORTUGUESA

MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

contratualizando, mas transferindo responsabilidade, transferindo meios financeiros, transferindo condições efetivas, faremos certamente melhor por Portugal, com transparência, com o escrutínio que só a proximidade que permite. Contribuiremos, certamente, para que o Estado, a todos os níveis, esteja cada vez mais próximo daquilo que são as aspirações dos Portugueses.

Muito obrigado. Bom trabalho autarcas. Bom trabalho à Associação Nacional de Municípios. Vamos em confiança construir este caminho da descentralização.